

ARTE E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Rosana Maria de Jesus¹

Natália Nunes Scoralick Lempke²

RESUMO

As produções artísticas estão presentes desde os primórdios da humanidade. Dentre elas, o desenho é uma importante forma de manifestação do inconsciente, principalmente pela criança, que não consegue se expressar plenamente por meio das palavras, constituindo-se num instrumento relevante no ambiente educacional. Além de contribuir para o desenvolvimento cognitivo e motor, o grafismo é utilizado pela criança para criar sua autoimagem e a realidade em que vive, o que favorece seu desenvolvimento emocional. Essa pesquisa bibliográfica visou explorar tal temática, tendo como objetivos secundários compreender a importância da arte ao longo da história, contextualizar seu papel na educação infantil, entender as formas de manifestação artísticas da criança durante seu desenvolvimento e como os educadores devem utilizar a arte como ferramenta pedagógica. Em síntese, verificou-se que os desenhos são reflexos dos pensamentos mais ocultos das crianças, nos quais expressam seus medos, alegrias, preocupações. Quando desenvolvido de forma correta pelos educadores, o desenho pode facilitar a aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Criança. Desenho. Educação infantil. Emoções. Professor.

ABSTRACT

Artistic productions have been present since the beginning of humanity. Among them, the drawing is an important form of manifestation of the unaware, especially by the children, who can not fully express themselves through words, becoming an important tool in the educational environment. Besides contributing to the cognitive and motor development, the drawing is used by children to create their self-image and the reality in which they lives, which favors their emotional development.

1 Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Pará de Minas – FAPAM. E-mail: rosanamj1@hotmail.com

2 Docente no curso de Pedagogia da Faculdade de Pará de Minas – FAPAM. Mestre em Psicologia pela UFJF. E-mail: nataliascoralick@yahoo.com.br

This literature review aimed to explore this theme, and the secondary goals are to understand the importance of art throughout history, contextualize its role in early childhood education, understand the forms of artistic expression during development of the child and how educators should use art as a tool pedagogical. In summary, it was found that the drawings are reflections of the most hidden thoughts of the children, in which they express their fears, cheers, concerns. When properly developed by educators, the drawing can facilitate learning, contributing to the integral development of the children.

KEYWORDS: Children. Drawing. Childhood education. Emotions. Teacher.

1. INTRODUÇÃO

A história da humanidade é permeada por registros gráficos. Desde os primórdios, o homem utiliza as manifestações artísticas para se comunicar, registrar eventos importantes e como forma de se expressar. Apesar de sua importância, as artes foram subestimadas no contexto escolar e só recentemente começaram a fazer parte dos conteúdos programáticos nas escolas.

De forma especial, na atualidade, entende-se que o desenho constitui uma ferramenta fundamental no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. Através do grafismo, a criança pode expressar pensamentos e desejos conscientes e inconscientes, conforme ressalta Coelho (2005, p. 08):

Por meio do registro gráfico, a criança desenvolve noções espaciais, elabora o esquema corporal, estimula sua motricidade, representa temas, figuras e cenas, estruturas de linguagem oral, expressa ideias mentais, organiza seu pensamento, desenvolve o senso estético, brinca e interage com o mundo, estimula o seu processo criativo, desenvolve aspectos sensoriais e sensíveis, exercita o autoconhecimento, forma sua identidade e constrói sua autonomia.

É relevante que o educador seja capaz de compreender as mensagens sutis que são reveladas nos desenhos infantis, proporcionando às crianças um ambiente acolhedor e propício para que elas sintam-se à vontade para comentar os seus desenhos e emoções expressas, pois o grafismo é uma comunicação silenciosa, na qual a criança se expressa, criando sua autoimagem e da realidade que vive. De acordo com Moreira (2010, p. 24), *“no ato de desenhar, pensamento e sentimentos estão juntos”*.

Assim, tendo como objetivo melhor compreender as manifestações das emoções a partir dos desenhos, foi realizado um levantamento bibliográfico, destacando-se o conceito de infância, a evolução da arte e sua importância no ambiente educacional. Além disso, destaca-se a necessidade de ela ser bem desenvolvida na educação infantil, não somente como ferramenta pedagógica, mas como forma de desinibição das crianças e de manifestação de suas emoções, sendo fundamental compreender e investigar modos alternativos de expressividade.

Espera-se que este artigo possa oferecer auxílio aos educadores da educação infantil, de forma que eles tenham uma orientação científica sobre as manifestações artísticas das crianças, bem como para que possam orientar seus alunos e respectivos pais, visando ao desenvolvimento global das crianças.

2. ARTE E DESENHO

De acordo com Duarte Júnior (2008, *apud* SANTANA, 2010, p. 16),

um fenômeno comum a todas as culturas – desde as mais “primitivas” às ‘civilizadas’, desde as mais antigas às mais atuais – é a arte. A arte do homem pré-histórico, inclusive, é tudo o que restou, integralmente, desses nossos antepassados. Qualquer cultura sempre produziu arte, seja em suas formas mais simples, como enfeitar o corpo com tinturas, seja nas formas mais sofisticadas, como o cinema em terceira dimensão, na nossa civilização. A arte nos acompanha desde as cavernas.

O termo “arte” é derivado do latim e sua definição varia de acordo com a época e cultura. Vale ressaltar que a arte é um recurso utilizado para registrar os contextos históricos vivenciados pelos indivíduos e, de acordo com Hegel (1997, citado por MEUCCI, 2004, p. 07), “*toda obra de arte pertence à sua época, a seu povo, a seu ambiente e depende de concepções e fins particulares, históricos*”. Por meio desses registros, estudiosos da atualidade têm condições de compreender como era a vida das pessoas em determinado período.

Desde a pré-história, o ser humano registrou sua passagem por meio da arte esculpida em pedras, cavernas, ossos, utensílios, utilizando tintas das árvores, carvão, entre outros materiais para seu registro. O homem pré-histórico não buscava perfeição em suas artes, mas retratava os acontecimentos do dia a dia por meio dos desenhos, que foram evoluindo juntamente com as particularidades da época e influências culturais de cada civilização. Com o passar do tempo, o homem passou a utilizar cerâmica cozida, papiros e pergaminhos.

Devido às particularidade e características de cada época, as manifestações artísticas foram divididas em períodos ao longo dos anos, alguns dos quais serão mencionados.

A Arte Antiga se desenvolveu a partir do século V a.C., registrando contextos sociais, culturais e religiosos das civilizações egípcia, grega, romana, paleocristã, bizantina e islâmica. Para Platão, a arte era um conjunto de regras que dirigia a atividade humana, e não havia distinção entre a arte e a ciência, pois ambas estavam relacionadas ao raciocínio, conforme relatado por Santana (2010, p. 15):

Para Platão ciência e arte não têm distinção, ambas obedecem uma ordem natural conduzidas pela capacidade humana de raciocinar e exercer suas atividades de forma consciente, controlada e racional. Atribui em seu significado mais amplo que arte é “todo conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana qualquer.” Defende a teoria da arte por imitação, para ele toda obra de arte sempre imita algo, não origina da criação do artista, considera os objetos comuns meras cópias do mundo das formas. Platão considerava a natureza como “o real”, enquanto que a arte era algo artificial, imita a natureza.

Para Aristóteles, a arte estava relacionada a produzir algo que já existia na alma do artista antes mesmo de ser repassado para a matéria, e o mérito da obra estava na capacidade do artista em expressar suas emoções, pois a arte, conforme ressalta Abbagnano (1982, *apud* SANTANA, 2010, p. 15),

Estabelece uma distinção entre vários estados mediante os quais a alma possui a verdade por afirmação ou negação. São os seguintes: arte, ciência, saber prático, filosofia, e razão intuitiva. A arte se distingue dos outros quatro na medida em que é um estado de capacidade para fazer algo, sempre que implique um curso verdadeiro de raciocínio, isto é um método. A Arte trata de algo que chega a ser. A Arte não trata do que é necessário ou do que não pode ser distinto de como é.

Na Idade Média, o sentido da arte estava ligado ao ofício, produção e habilidade prática. Os conceitos platônicos sofreram modificações, e a arte passou a ser o elo entre o universo sensível e inteligível. O artista seria aquele que tem acesso ao mundo das ideias, e poderia reproduzi-las. Santo Agostinho retomou esse conceito, mas com foco na mente divina, pois, conforme mencionado por Amaro e Rocha (2009, p. 02), para Agostinho, “*a arte seria a projeção de uma imagem interior, de uma visão, mais do que a reprodução de uma perfeição*”.

A Arte Medieval (séculos V-XIV) tinha como característica a influência do cristianismo (pensamento teocêntrico), tendo a presença de temas religiosos e santos nas artes plásticas, na literatura, música, arquitetura, pintura, escultura e no teatro. Já a Arte Renascentista é preponderante entre os séculos XIV e XVI. O renascimento buscou a reprodução fiel da realidade por meio da observação, ganhando o sentido naturalista e humanista, conforme relatado por Vicentino (2000) e enfatizado por Stateri, Oliveira e Barbosa ([19--], p. 03).

No conjunto da produção renascentista começam a sobressair valores modernos burgueses, como o otimismo, o individualismo, o naturalismo, o hedonismo e o neoplatonismo, mas o elemento central do Renascimento foi o humanismo, isto é, o homem como centro do universo (antropocentrismo), a valorização da vida terrena e da natureza, o humano ocupando o lugar cultural até então dominado pelo divino e extraterreno.

Nesse período, o homem se tornava o centro das atenções, mas mantinha a fé de que ele foi feito à imagem e semelhança de Deus, seu criador. Os artistas buscavam, por meio das artes, a individualidade, “*a sensação de profundidade, a reprodução de um olhar que acompanha o observador e a admiração pelo humano*”, conforme mencionado por Stateri, Oliveira e Barbosa ([19--], p. 03).

A Arte Moderna (séculos XV e XVI) teve como impulsor o movimento renascentista, apresentando, também, como característica marcante, a valorização do homem e da natureza, do que é real, contrapondo-se às características do período medieval, que enfatizava o divino, o sobrenatural. O homem passou a ser o personagem principal das obras de arte (pensamento antropocêntrico).

Vale ressaltar que foi um período de diversas mudanças, em que os artistas buscaram chamar a atenção e a participação do público através de obras que apresentassem “*simultaneamente, um prazer estético puro, uma construção que atinja os sentidos e uma significação sublime, quer dizer, o conteúdo. É a arte pura*”, conforme mencionado por Cohn (2012, p. 03).

A Arte Contemporânea, por sua vez, tem como característica a reunião de diversos estilos, movimentos e técnicas, em que os artistas utilizam todo e qualquer material disponível, não buscando especificamente o belo. Destaca-se que, na Arte Contemporânea, “*há exploração de todos os sentidos, não só da visão, mas também o tato, paladar e audição, exigindo do público, muitas vezes, uma participação ativa para que a obra se realize*”, conforme mencionado por Cohn (2012, p. 10).

Podemos perceber que a arte é um importante recurso utilizado desde a antiguidade, antes mesmo da escrita, para registrar as ocorrências diárias na vida das comunidades, e como forma de expressão de aspectos históricos, culturais e de questões individuais de quem a produz. Destaca-se que, por longos anos, não se teve registros de crianças nas obras de arte. Tal fato parece resultar da falta de importância que era dispensada às crianças – um fenômeno cultural que perdurou durante séculos.

3. INFÂNCIA, ARTE E EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Até por volta do século XVII, as precárias condições de higiene e saúde provocavam alto índice de mortalidade infantil e, por isso, a infância era uma fase ignorada pelos pesquisadores. De acordo com Heywood (2004, *apud* CALDEIRA, 2011, p. 01), a criança era concebida como um pobre ser que poderia morrer a qualquer momento; sendo assim, os pais não forneciam atenção e cuidados específicos necessários a essa fase: “*os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade”*.”

Essa concepção gerou reflexos nas manifestações artísticas, não sendo possível observar registros sobre a infância. A “*arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo*”. (ÁRIES, 1981, *apud* CALDEIRA, 2011, p. 02). Os poucos registros existentes apresentavam a criança como um adulto em miniatura.

A valorização da infância ganhou destaque a partir do Renascimento, no início da Idade Moderna, quando as civilizações passaram a perceber que as crianças eram indivíduos que, futuramente, iriam desempenhar funções na sociedade, e que necessitavam de um cuidado especial, conforme ressalta Bernartt (1981, p. 03) ao citar Araújo (2007):

investir na infância e na criança em vista das possibilidades de construção do futuro da humanidade. É nesse sentido que na Modernidade, criança e infância se entrelaçam, de forma que a infância se viabilizaria pela formação humana e a criança seria o alvo de tal construção.

A partir de então, surge um sentimento novo que provoca mudanças nos cuidados dispensados às crianças, as quais passam a receber um tratamento direcionado para ingressar no mundo adulto. Surge, também, o interesse por parte dos adultos na sua educação, sendo necessária uma educação formal nas escolas, conforme ressalta Áries (1981, *apud* CALDEIRA, 2011, p. 03):

A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela.

Essa nova concepção de infância influenciou o surgimento de leis e decretos que regularizam a educação e os cuidados básicos de que as crianças necessitam. Influenciou, ainda, o desenvolvimento infantil, cognitivo e motor, pois as crianças se tornaram seres valorizados, recebendo apoio e incentivo familiar, dando-lhes condições propícias à aprendizagem.

Percebe-se, portanto, que o conceito atual de infância é resultado de diversas mudanças que ocorreram durante os séculos. Como destacado anteriormente, na antiguidade, a criança era vista como um pequeno adulto que se vestia e desenvolvia algumas atividades dos adultos. Após a “*descoberta da psique infantil, a demonstração da originalidade de seu desenvolvimento*”, as crianças deixaram de ser vistas como “*aquela maquete do adulto, aquele adulto miniaturizado*”, conforme mencionado por Meredieu (1974, p. 03), para serem vistas como um ser que possui “*uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio*”, conforme ressalta Caldeira (2011, p. 05) ao citar o Referencial Curricular Nacional (1998).

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) vem reafirmar os direitos das crianças referentes à educação infantil, contidos na Constituição Brasileira de 1988, a qual define o atendimento escolar das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas como direito social, fornecendo-lhes assistência gratuita, conforme destaca Moura (2013, p. 20):

A fim de fazer valer as premissas contidas na Constituição, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394), promulgada em dezembro de 1996, afirma que “o dever do estado com a Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...): V – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. (Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar, art. 4).

Vale ressaltar, também, que a LDBEN/1996 regulamentou a finalidade da educação infantil e a definiu como a primeira etapa da Educação Básica, conforme destaca Bernartt, (1981, p. 5):

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com Caldeira (2011, p. 6), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, em seu Título II, artigo 2º, ressalta que a educação deve ser vista como uma necessidade básica na infância, para ampliar o exercício da cidadania e promover a construção do conhecimento, tornando-se, também, um “*dever da família e do estado inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”.

Assim, os ambientes escolares surgem como espaços propícios para o desenvolvimento infantil, devendo se adequar às leis e necessidades das crianças para que elas, de fato, possam se beneficiar das atividades educativas. Nesse contexto, além de uma maior visibilidade dada aos infantes nas manifestações artísticas, a arte também passou a ser uma ferramenta importante no processo educacional. Parte-se do pressuposto de que a construção do conhecimento ocorre através

das diferentes experiências vivenciadas pelas crianças no decorrer da primeira infância, e que o desenho é um recurso muito utilizado por elas para registrar os conhecimentos adquiridos, bem como para expressar suas emoções.

4. ARTE E DESENHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, no Brasil, é destinada a crianças de 0 a 6 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. Desde o início da República, existe o interesse da inserção do conteúdo de artes na grade curricular, mas foi somente após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN/1962, com a Lei nº 5.692/1971, que se tornou conteúdo obrigatório, conforme menciona Ferri (2008, p. 18):

A Reforma Francisco Campos, consolidada em 1932, insere na grade curricular o desenho e a música (canto orfeônico) no ciclo fundamental (Marin, 1981). (...) Somente em 1960, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.042/62, o currículo brasileiro foi estruturado em disciplinas obrigatórias básicas e complementares, optativas e práticas educativas – o ensino de artes foi compreendido como atividade complementar. (...) Em 1971, com a Lei nº 5.692, a educação artística foi incluída como atividade artística obrigatória nos currículos do ensino de 1º e 2º graus do sistema educacional brasileiro (Art. 7º).

Como atividade complementar, o objetivo da disciplina de artes era desenvolver nos alunos as capacidades expressivas e criativas, mas essa concepção criou um entendimento de que tal disciplina era pouco importante no currículo, aumentando sua desvalorização.

Na década de 80 surge, então, o movimento arte-educação, que traz consigo as concepções pedagógicas da Escola Nova e da Educação através da arte, e propõe práticas educativas centradas no aluno, contribuindo para efetivar a arte como disciplina na LDB 9.394/96 (art. 26), a qual determina que *“o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”*.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998, III, p. 85), mencionado por Ferri (2008, p. 55), a arte é um elemento de comunicação, ou seja, é uma *“linguagem, portanto, uma das formas de expressão e comunicação humana, o que por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de modo geral, e na educação infantil, particularmente”*. Assim, tem como finalidade formar indivíduos sensíveis e conhecedores da arte, sendo articulada nos seguintes aspectos, conforme ressalta Ferri (2008, p. 56):

1) Fazer artístico: produção de trabalhos de arte realizados pelas crianças, a fim de propiciar o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;

2) Apreciação: observação das obras, articulando tanto os elementos da linguagem artística quanto os materiais e suportes utilizados pelos artistas. Visa a desenvolver, por meio de observação, reflexão e prazer, o reconhecimento, a análise, e a identificação das obras de arte e seus produtores.

3) Reflexão: considerada tanto no fazer artístico como na apreciação. É um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza intrigada pelo professor, no contato com suas próprias produções e as dos artistas.

De acordo com o RCNEI (1998), citado por Chagas (2009), as artes visuais desenvolvidas na educação infantil compreendem a escultura, a pintura, o desenho, as danças, entre outros, sendo um recurso muito utilizado para enfatizar datas comemorativas. Infelizmente, alguns educadores não exploram as inúmeras contribuições que elas fornecem ao desenvolvimento das crianças:

A presença das artes visuais na educação infantil, ao longo da história, tem demonstrado um descompasso entre os caminhos apontados pela produção teórica e prática pedagógica existente. Em muitas propostas as práticas de artes são entendidas apenas como meros passatempos em que atividades de desenhar, colar, pintar e modelar com argila ou massinha são destituídas de significados. Outra prática corrente considera que o trabalho deve ter uma conotação decorativa, servindo para ilustrar temas de datas comemorativas, enfeitar as paredes com motivos para os pais, etc. Nessa situação é comum que os adultos façam grande parte do trabalho, uma vez que não consideram que a criança tem competência para elaborar um produto adequado. (RCNEI, 1998, p. 87).

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), os desenhos têm a função de ampliar a sensibilidade, percepção, reflexão e imaginação das crianças, abrangendo desde criações dos próprios alunos à apreciação a outras obras, para promover a construção do conhecimento na área de artes visuais, de forma que a criança “*desenvolva a criatividade, apresente uma postura de pesquisa, demonstre senso crítico e faça a atualização de informações visuais com seu próprio trabalho*”. (MORENO, 2007, *apud* CHAGAS, 2009, p. 20).

Ao observar as crianças, podemos perceber que elas gostam de desenhar e utilizam a arte como uma forma de expressão. A arte é uma importante ferramenta de comunicação entre os homens, tanto no ambiente escolar como em outros espaços. Vale enfatizar que uma das finalidades da arte na educação refere-se a sua capacidade simbólica de expressão e comunicação, conforme ressalta Fuzari e Ferraz (1999) mencionados por Silva, Moreno e Speorin (2010, p. 03):

A criança se exprime naturalmente, tanto do ponto de vista verbal, como plástico ou corporal, e sempre movida pelo desejo da descoberta e por suas fantasias. Ao acompanhar o desenvolvimento expressivo da criança percebe-se que ele resulta das elaborações de sensações vivenciadas intensamente. Por isso, quando ela desenha, pinta dança e canta, o faz com vivacidade e muita emoção.

O desenho se apresenta como o elo entre a experiência e a criatividade infantil e, devido a sua importância para o desenvolvimento interpessoal, cognitivo e emocional, tornou-se um

importante recurso utilizado pelas crianças mesmo antes de iniciarem a vida escolar. Conforme destaca Malchiodi, (1998), citado por Gomes (2009, p. 113):

os desenhos das crianças são narrativas únicas e individuais acerca de si próprios no mundo, refletindo não só a sua personalidade, mas também observações pessoais, valores, juízos e percepções dos outros e das relações estabelecidas com a família, escola, comunidade e sociedade.

Em consonância, os PCNs (1998), citados por Prandini (2008, p.3), destacam que a arte apresenta diversas finalidades na escola, sendo uma forma rápida e eficaz de comunicação social, possibilitando maior interação com o meio:

...entende-se que aprender arte envolve não apenas uma atividade de produção artística pelos alunos, mas também a conquista da significação do que fazem, pelo desenvolvimento da percepção estética, alimentada pelo contato com o fenômeno artístico visto como objeto de cultura através da história e como conjunto organizado de relações formais (...). Ao fazer e conhecer arte, o aluno percorre trajetórias de aprendizagem que propiciam conhecimentos específicos sobre sua relação com o mundo.

Por volta dos 18 meses de idade, as crianças começam a fazer seus primeiros traços, que se apresentam emaranhados, como rabisco sem forma específica, conforme ressalta Wallon (1950, *apud* MEREDIEU, 1974, p. 25): “o lápis não sai da folha e esses turbilhões elípticos que partem do centro correspondem a uma simples excitação motora”. Aos poucos, as crianças adquirem o domínio motor fino, o que lhes dá condições de utilizarem o desenho como forma de comunicação espontânea e menos consciente, não necessitando de palavras para que haja a comunicação; assim, pelos desenhos, transmitem sentimentos e emoções. Elas desenharam pelo prazer de desenhar e não buscam a perfeição em seus desenhos. Por meio deles, as crianças representam a sua visão do mundo, como pensam e veem os acontecimentos, já que, conforme ressalta Malchiodi (1998) citado por Gomes (2009, p. 88), mesmo que “cada criança possui uma forma única de expressar pensamentos, percepções e sentimentos no seu trabalho criativo, a sua expressão artística pode também ser influenciada pelo ambiente onde se realiza”.

Após a iniciação da vida escolar, as crianças desenvolvem a escrita e, aos poucos, deixam de desenhar. É importante que os educadores desenvolvam nelas, na fase de alfabetização, o hábito de desenhar, pois, por meio do desenho, o educador guia a criança aos conhecimentos necessários ao estágio do desenvolvimento que vivencia. De acordo com Derdyk (1994), mencionado por Santana (2010, p. 53), desenhar é uma

atividade lúdica, reunindo, como em todo jogo, o aspecto operacional e o imaginário. Todo o ato de brincar reúne esses dois aspectos que sadicamente se correspondem. A operacionalidade envolve o funcionamento físico, temporal, espacial, material, as regras; o

imaginário envolve o projetar, o pensar, o idealizar, o imaginar situações. Ao desenhar, o espaço do papel se altera.

Assim, entende-se que arte é uma forma de expressão visual presente no cotidiano infantil e revela mais informação que o observador pode imaginar, pois as crianças apresentam certa dificuldade em identificar e falar corretamente sobre suas emoções, mas, ao desenhar, espontaneamente, elas retratam o que as perturbam. Cabe, então, saber compreender as entrelinhas da produção artística, pois de acordo com Duarte Júnior (2008), mencionado por Santana (2010, p. 25), a *“arte não é linguagem, pelo seguinte motivo principal: porque suas formas não podem ser consideradas símbolos, como são as palavras. A palavra é um símbolo convencionado para significar um conceito, uma ideia, uma coisa ou uma relação”*.

Dessa forma, reitera-se que, na atualidade, a arte assumiu um papel diferente no ambiente escolar, tornando-se uma importante ferramenta pedagógica. Assim, é fundamental que os educadores conheçam as características desenvolvimentais das crianças para que possam contribuir para as manifestações artísticas.

5. O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E O DESENHO

Os traços, riscos, garatujas, fazem parte do processo inicial do desenho, como destacado anteriormente. São atitudes motoras que geram satisfação às crianças pequenas, pois *“na criança, o desenho é antes de mais nada motor; a observação de uma criança pequena desenhando mostra bem que o corpo inteiro funciona e que a criança sente prazer nesta gesticulação”*. (MEREDIEU, 1974, p. 06).

Os rabiscos não possuem definição, são realizados por puro prazer, e deve-se deixar que a criança construa e aprenda seu próprio espaço, pois, de acordo com Stern (1966, *apud* MEREDIEU, 1974, p. 45), *“a constituição do espaço gráfico é uma conquista longa e progressiva. O rabisco não é nem totalmente um objeto, nem totalmente um espaço”*.

De acordo com Luquet (1927 *apud* MEREDIEU, 1974, p. 20), os desenhos infantis possuem quatro estágios de desenvolvimento:

- 1) *realismo fortuito* – inicia-se por volta dos dois anos e põe fim aos rabiscos; a criança pode até nomear seus desenhos, mas é uma fase de aquisição do controle da mão, do lápis. Essa fase se divide em duas etapas: na primeira, a criança produz rabiscos involuntários, conhecidos como garatujas, e necessita de um modelo. Na segunda etapa, a criança apresenta facilidade em registrar uma imagem sem ter o modelo. De acordo com Piaget

(1976 *apud* ARAÚJO; FRATARI, 2011, p. 04), é nesse período que surge o faz-de-conta:

É nesta fase que começam as brincadeiras de faz-de-conta em que a crianças fingem ser isto ou aquilo, o chamado jogo simbólico. Através deste jogo, a criança reviverá situações de alegria, tristeza e as recriará de modo a superar seus conflitos. Nesta fase, a criança começa a rabiscar, faz garatujas e reconhece nelas as formas que desenhou, não havendo diferença entre o símbolo e o que ele representa. A imitação, o jogo simbólico, o desenho e a linguagem demonstram que a característica da criança nessa fase é o egocentrismo.

- 2) *realismo fracassado* – é a fase em que a criança tenta reproduzir formas existentes, obtendo alguns sucessos e fracassos. As crianças apresentam dificuldades em posicionar corretamente os olhos e nariz. Esta fase inicia por volta dos 3-4 anos;
- 3) *realismo intelectual* – é o período em que a criança desenha o que sabe, não o que vê. Este estágio inicia-se aos 4 anos e se estende até 10 ou 12 anos;
- 4) *realismo visual* – marca o fim do desenho infantil, pois tende a se aproximar de produções adultas sob a submissão de leis e perspectivas; geralmente acontece por volta dos 12 anos, mas pode se iniciar a partir dos 8 anos.

Marthe Bernson (1966), citada por Meredieu (1974), propõe outra classificação para as características dos desenhos infantis, dividida em 3 estágios:

- 1) *estágio vegetativo motor* – é o período em que as crianças desenhavam com traços contínuos as espirais, e não tiram o lápis da folha; esse período ocorre por volta dos 18 meses. É um período em que elas desenhavam sem a intenção de produzir algo específico, mas simplesmente pelo ato motor;
- 2) *estágio representativo* – por volta de dois ou três anos, surgem formas isoladas com traços descontínuos na tentativa de reproduzir o objeto imaginado e não pelo prazer do movimento. A criança desenha o que sente vontade e faz comentários, mas nem sempre o resultado coincide com a realidade;
- 3) *estágio comunicativo* – inicia-se entre três e quatro anos e manifesta-se por meio de constante imitação do adulto e com uma escrita fictícia traçada em forma de dentes de serra, em busca da comunicação.

Vale destacar que o desenvolvimento do desenho está diretamente ligado ao desenvolvimento psicossocial e motor da criança, como ressalta Piaget (citado por GRISA; LEMES, 2008):

- a) crianças de 0 a 1 ano – estágio sensório motor: elas agem por movimentos de reflexos e não desenham;
- b) crianças de 1 a 2 anos – estágio sensório motor: A partir dos 13 meses, apresentam garatujas em ziguezague; aos poucos, são capazes de direcionar seus movimentos;
- c) crianças de 2 a 4 anos – estágio sensório motor: gradualmente, suas garatujas evoluem formando círculos; simbolicamente, a criança percebe neles um objeto;
- d) crianças de 4 a 7 anos – estágio pré-operacional: a criança vivencia a fase do realismo intelectual (expressionismo, subjetivismo); nesta fase, ela desenha não o que vê, mas o que ela sabe que está ali; estão presentes a imaginação e a curiosidade;
- e) crianças de 7 a 12 anos – estágio das operações concretas: vivenciam o realismo visual que proporciona uma visão realista e proporcional à realidade, o que leva a criança a desenhar o que ela realmente vê, e não o que imagina;
- f) crianças acima de 12 anos – estágio das operações formais: o adolescente é capaz de raciocinar criticamente sobre suas próprias ideias, utiliza adequadamente a fala para expressar suas opiniões e perde o interesse em desenhar.

Assim, verifica-se que o processo evolutivo do desenho se inicia com traços sem objetivos definidos; a criança desenha para marcar o ambiente. Aos poucos, ela percebe que é capaz de produzir algo semelhante à realidade e passa a nomear seus desenhos. O desenho acompanha o desenvolvimento global da criança e, dessa forma, o grafismo se torna um mecanismo para expressar o que a criança não conseguiu transmitir por meio da fala ou escrita, como ressalta Moreira (2010, p. 107):

Ao se olhar um trabalho, repara-se primeiramente na sua beleza, no seu aspecto. Ao estudá-lo vai-se descobrindo os seus segredos, os seus mistérios, e não só do desenho como também do autor, pois em cada desenho, junto com as linhas e traços, que às vezes para nós são insignificantes por falta de “brilho”, vem retratando um pouco da vida de quem o fez.

Verifica-se que a habilidade para desenhar evolui juntamente com a criança, sendo que os grafismos trazem características específicas da fase evolutiva em que ela se encontra. Assim, os educadores devem estar cientes das características desenvolvimentais dos infantes, para que possam trabalhar as atividades artísticas de forma mais eficiente.

6. O PAPEL DO EDUCADOR NO ENSINO DA ARTE

No processo de ensino e aprendizagem, o professor possui o importante papel de mediador do conhecimento, transmitindo às crianças a concepção de arte que possui. Sendo assim, se o educador pensar que não é capaz de desenhar, ele passa essa concepção às crianças, dificultando e restringindo o desenvolvimento. É importante que o educador tenha em mente que é o espelho dos alunos: *“Nós, professoras, transmitimos a visão de arte que temos aos nossos alunos. Se acreditamos que não somos capazes de desenhar ou que só é possível desenhar estereótipos, estaremos permitindo que nossos alunos também pensem assim”*. (JORGE, [19--], p. 03). A forma como o professor observa e avalia um desenho também revela a sua concepção de arte, pois conforme ressalta Derdyk (2004, *apud* COELHO, 2005, p. 28) *“não dá para falar do processo e do seu resultado sem ter passado por ele: é como ensinar a tocar violão sem nunca ter tocado, avaliar o desenho de uma criança sem nunca ter desenhado”*.

Cabe ressaltar que o ensino da arte na educação infantil vai além do objetivo de formar artistas; é um recurso didático utilizado diariamente, porém com diferentes objetivos, nos quais *“não tem certo e errado, tem o mais ou menos adequado, o mais ou menos significativo, o mais ou menos inventivo”*, conforme ressalta Barbosa (2005, *apud* DALBEN et al., 2010, p. 165). Ao analisarem os desenhos de seus alunos, cabe aos educadores não julgá-los, comparando e buscando semelhanças com o modelo, mas buscar compreender a percepção da criança e a relação que ela faz entre o desenho e a realidade.

É necessário que os educadores tenham em mente que todos os alunos possuem potencialidades artísticas, mesmo aqueles que possuem dificuldades em expressá-las, e que a arte não pode ser ensinada isoladamente, mas de forma harmoniosa com as demais disciplinas a serem desenvolvidas para se tornar significativa aos alunos. É o que destacam Dalben et al. (2010, p. 181):

Ensinar arte significa possibilitar experiências e vivências significativas em apreciação, reflexão e elaboração artística. Para isso, é necessário que a professora tenha também uma base teórica que lhe possibilite a ampliação de pensamento, tanto para conhecer os caminhos trilhados por seus/suas alunos quanto para propiciar momentos significativos que possibilitem encontrar novos processos individuais e coletivos.

É preciso que o educador seja criativo, levando as crianças a descobrirem e viajarem por um mundo diferente e cheio de possibilidades, o mundo da imaginação, do faz-de-conta; mostrando a elas que, por meio da arte, é possível registrar esse mundo no papel. Quanto mais variadas as aulas

e os recursos ou materiais utilizados pelo educador, maiores serão as possibilidades de os alunos se interessarem pela arte, como destaca Kraemer (2007), citado por Brito e Martins (2011, p. 07).

Se em tudo é necessário criatividade, imagine-se o professor em sala de aula, diante de alunos que possuem um mundo cheio de atrativos fora da escola. [...] Aulas ‘diferentes’, criativas e atividades atraentes ajudam a conquistar os alunos. Ao substituir aulas monótonas por atividades lúdicas educativas, o professor desperta nos alunos o interesse pela aprendizagem num clima descontraído e criativo. O professor é o espelho dos seus alunos e deve ser o grande estimulador da aprendizagem, porém não existem fórmulas mágicas. O que deve existir é um professor com visão atualizada no que diz respeito ao ensino e que ouse utilizar novas técnicas de aprendizagem nas quais o aprender torne-se uma atividade agradável.

Vale enfatizar que o ensino da arte não é só a realização de uma atividade, mas a relação e a percepção que as crianças desenvolvem ao criar um desenho ou mesmo selecionar objetos e cores em uma atividade artística. É a expressão da singularidade de cada criança.

Assim, os educadores devem ser capacitados para perceber possíveis manifestações presentes nos desenhos e jogos simbólicos, proporcionando às crianças um ambiente acolhedor no qual elas se sintam à vontade para expressar livremente o que as preocupam, como destacam Grisa e Lemes (2008, p. 11)

O professor deve estar sensibilizado da importância das atitudes, brincadeiras, conversas entre alunos e principalmente nos desenhos e nos jogos simbólicos, pois são através deles que as crianças expressam o que sentem, incluindo seus medos. O lúdico deve estar presente no dia-a-dia da vida escolar da Educação Infantil, onde o prazer e a criatividade devem ser constantes.

Eles devem, também, proporcionar momentos de lazer por meio de atividades direcionadas que visam atingir os objetivos específicos, desenvolvendo as “*formas sutis de pensar, diferenciar, comparar, generalizar, interpretar, conceber possibilidades, construir, formular hipóteses e decifrar metáforas*” (BARBOSA, 2006, *apud* DALBEN et al., 2010, p. 165), relacionando-as com “*registros diversificados e com a imaginação estética desses registros, que podem ser tanto gestuais quanto gráficos, sonoros, virtuais, espaciais etc.*”. (PIMENTEL, 2006, *apud* DALBEN et al., 2010, p. 167).

Podemos verificar que os professores exercem um papel relevante no desenvolvimento e gosto pela arte e pelos desenhos. É preciso que eles tenham em mente que, quanto maior o acesso das crianças à arte, mais criativas elas poderão se tornar. Destaca-se, também, que a metodologia escolhida e aplicada desempenha a função de cativar as crianças. Sendo assim, é preciso buscar alternativas diversificadas para conquistar a atenção delas. Dessa forma, elas desenvolverão as

técnicas da arte e a realização das atividades se tornará um momento lúdico, contribuindo para o desenvolvimento delas.

7. A ARTE E AS EMOÇÕES

O desenho é um dos meios de comunicação entre a criança e seu mundo exterior, é o primeiro acesso que a criança abre para seu inconsciente, tornando-se um importante recurso utilizado por professores, pais e psicólogos para compreender o que se passa psicologicamente com as crianças, pois de acordo com Andrade (1967, *apud* MOREIRA, 2010, p. 20), “*o desenho fala, chega mesmo a ser uma espécie de escritura, uma caligrafia*”. Reitera-se que é um processo que evolui juntamente com o desenvolvimento global da criança e proporciona mais informações que ela apresenta através da fala, pois, por meio do desenho, é possível registrar muitas relações que possui com o mundo a sua volta, conforme enfatiza Pereira ([1988?], p. 02) ao citar Piaget (1973):

O desenho é uma das manifestações semióticas, isto é, uma das formas através das quais a função de atribuição da significação se expressa e se constrói. Desenvolve-se concomitantemente às outras manifestações, entre as quais o brinquedo e a linguagem verbal.

Assim, o desenho infantil é uma expressão de sentimentos e desejos. Fazer e colorir desenhos é muito importante no desenvolvimento de várias capacidades infantis, entre elas a afetividade, imaginação, memória e a criatividade. Observando os desenhos, é possível perceber as fases e situações que a criança está vivenciando, suas dificuldades e facilidades, como ressalta Pereira ([1988?], p. 02) ao citar Derdyk (1989):

O desenho, forma de pensamento, propicia oportunidade de que o mundo interior se confronte com o exterior, a observação do real se depare com a imaginação e o desejo de significar. Assim, memória, imaginação e observação se encontram, passado e futuro convergindo para o registro da ação no presente. Como pensamento visual, o desenho é estímulo para a exploração do universo imaginário. É, também, instrumento de generalização, de abstração e de classificação.

Por meio da comunicação silenciosa do desenho, a criança expressa a si mesma, cria sua autoimagem e a realidade que vive, e podemos “*perceber que no ato de desenhar, pensamento e sentimentos estão juntos*”. (MOREIRA, 2010, p. 24). Aos poucos, a criança altera sua forma de ver o mundo e consegue representá-lo de forma mais objetiva, organizada e prazerosa. Os desenhos carregam inúmeros significados, presentes em pequenos detalhes que podem passar despercebidos, mas que, sob um olhar mais atento, podem revelar algo que afeta a criança de forma negativa, pois

conforme ressalta Moreira (2010, p. 24) “*crianças com algum comprometimento a nível intelectual apresentam acentuado comprometimento no desenho*”.

Segundo Wallon (1941, *apud* FONTES, 2005, p. 15), o desenho

é uma forma de expressão, é revelador de pensamentos, porque também é uma forma de linguagem. Pelo desenho a criança demonstra o conhecimento conceitual que tem da realidade e quais os aspectos mais significativos de sua experiência. Juntamente com o brincar, o desenho é a forma de expressão privilegiada pela criança.

Ressalta-se que, no ambiente escolar, é relevante o incentivo ao desenho espontâneo e o respeito pelo mesmo, “*não apenas pelo espaço de liberdade de expressão que constitui, como também pela sua condição de linguagem tendo em vista o papel do desenho no processo de desenvolvimento humano*”, conforme destaca Moreira (1997) citado por Pereira ([1988?], p. 05).

Percebemos que o desenho, direcionado ou espontâneo, é uma atividade expressiva que interliga os pensamentos ocultos do indivíduo à realidade. Segundo Vygotski (1993) citado por Souza, Camargo e Bulgacov (2003, p. 03) “*o pensamento verbal apresenta-se como um conjunto dinâmico e complexo, em uma série de planos mais externos*”, enquanto os desenhos representam os pensamentos mais profundos do indivíduo, assumindo um papel relevante na aprendizagem e socialização da criança, sendo o meio que ela utiliza para revelar a essência da sua personalidade, conforme enfatiza Chagas (2009, p. 27), citando Bessa (1972):

Quando a criança pinta, desenha, modela ou constrói regularmente, a evolução se acelera. Ela pode atingir um grau de maturidade de expressão que ultrapassa a medida comum. Por outro lado, a criação artística traz a marca de uma individualidade, provoca libertação de tensões e energias, instaura uma disciplina formativa, interna de pensamento e de ação que favorece a manutenção do equilíbrio tão necessário para que a aprendizagem se processe sem entraves, e a integração social sem dificuldades.

Vale destacar que Vygotsky (1988) e Piaget (1971) seguiram diferentes linhas de pesquisa, mas ambos enfatizaram o relevante papel do desenho para o processo de desenvolvimento da criança, como destaca Pereira ([1988?], p. 04) ao mencioná-los:

Embora focalizando diferentes aspectos do desenho, as concepções dos dois autores, a saber, Piaget focalizando o sujeito do ponto de vista epistêmico e Vygotsky contemplando-o do ponto de vista social, se aproximam em relação à importância do desenho no processo de desenvolvimento da criança e à característica de que a criança desenha o que a interessa, representando o que sabe de um objeto.

Os materiais escolhidos e utilizados para a realização de um desenho, a intensidade da força dos riscos, entre outros aspectos, revelam algumas características da personalidade do autor.

Observando esses detalhes com uma atenção criteriosa, é possível a compreensão das emoções manifestadas através dessa atividade. Ressalta-se que, para essa compreensão, é necessário realizar a análise ou interpretação, que são processos diferentes, conforme destaca Bédard (2010, p. 07):

A análise responde a um enfoque técnico e racional e se fundamenta em bases solidamente comprovadas (...). A interpretação dos desenhos das crianças é o resultado ou a síntese da análise. Tanto a análise como a interpretação têm pontos em comum, como: a orientação espacial, a pressão dada ao lápis, o uso das cores.

A criança que realiza desenhos repetitivos busca revelar uma experiência feliz ou triste que vivenciou, por isso tende a registrá-la com frequência – é uma forma de nos mostrar o que a incomoda ou deixa feliz; a compreensão do desenho irá depender do seu conteúdo. Destaca-se que, quando uma criança é elogiada demasiadamente por um desenho, ela tende a repeti-lo em busca de novos elogios, por isso é importante que pais e educadores tenham em mente que os elogios são necessários, mas sem exageros, para não influenciá-las na escolha do tema, da mesma forma com que a crítica pode desmotivar a criança a desenhar.

Para Bédard (2010, p. 27), a variedade dos temas abordados nos desenhos pode dificultar sua análise, então se deve buscar uma relação entre eles. Para realizar a análise de um desenho, é aconselhável utilizar vários grafismos realizados pela criança em um mesmo período, pois a análise de somente um desenho pode fornecer uma interpretação duvidosa. É necessário também ter conhecimento da relação familiar e social da criança, e dos problemas ou dificuldades apresentados por ela. Deve-se sempre ter em mente que o objetivo da análise é a compreensão das mensagens transmitidas pela criança por meio do desenho. Dessa forma, cabe ao educador estar atento aos sinais que a criança emite através de suas manifestações artísticas, sempre contextualizando e conversando com ela para que possa ter uma ideia mais real daquilo que ela deseja comunicar, e fazer o encaminhamento necessário quando pertinente.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações artísticas estão presentes desde os primórdios da humanidade, constituindo um importante recurso de comunicação e expressão de características culturais e individuais. Somente há poucos anos, elas passaram a ser reconhecidas como uma importante ferramenta pedagógica no contexto escolar, contribuindo para o desenvolvimento na infância, especialmente.

Além de contribuir para o desenvolvimento motor e cognitivo, a arte contribui para a expressão emocional dos infantes. Para que essa atividade seja completa e eficazmente explorada, o

educador tem que estar preparado para conduzi-la. Ele desempenha o importante papel de mediador do conhecimento e se torna um modelo que as crianças buscam seguir, sendo necessário mostrar zelo pelo que faz para ser um incentivo a elas.

É preciso, também, que os educadores estejam preparados para compreender as manifestações das emoções das crianças por meio dos desenhos, analisando-os sem julgá-los, mas compreendendo a percepção da criança e a relação que ela faz entre o desenho e a realidade. Destaca-se que as influências da vida social são retratadas nos desenhos, proporcionando uma variedade de temas.

As emoções possuem forte influência no processo de aprendizagem, e a sua compreensão no contexto educacional é muito relevante, considerando que, atualmente, a educação concebe o ser humano em sua forma integral, e que o estado emocional pode interferir no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, convém aos educadores estimular e usufruir dos recursos que a arte possui, pois as manifestações artísticas geram aprendizagens, satisfação e interesse às crianças. Assim, reitera-se a importância do desenho no ambiente educacional e a necessidade de educadores preparados para auxiliar as crianças no processo de expor suas vivências por meio de palavras, desenhos ou outro recurso encontrado por elas.

Este estudo possibilitou a ampliação dos conhecimentos sobre o desenho infantil e sua valorização como meio de comunicação utilizado pelas crianças. Vale ressaltar que, quanto mais segura a criança se sentir, mais ela irá se expressar por meio dos grafismos espontâneos ou não, sendo eles importantes fontes de comunicação, pois, por meio dos desenhos, as crianças revelam seus pensamentos e emoções, cabendo ao educadores estimular e incentivá-las, proporcionando-lhes ambiente adequado emocionalmente e com recursos necessários para a realização de seus desenhos.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rachel J.; ROCHA, Cinthia M. M.. **Arte e imagem:** discussões sobre o uso desses conceitos no estudo da idade média. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2009.

ARAÚJO, Renata Moraes; FRATARI, Maria Helena Dias. O olhar do educador infantil frente ao desenho infantil e suas contribuições. **Revista da Católica**, Uberlândia, 2011.

BÉRDARD, Nicole. **Como interpretar os desenhos das crianças**. São Paulo: Isis, 2010.

BERNARTT, Roseane Mendes. **A infância a partir de um olhar sócio-histórico**. Chicago: Aries, 1981.

BRITO, Leide Daiane de Melo; MARTINS, Maria Izabella Brasil de Almeida. **Desenhos animados contemporâneos e a aprendizagem da leitura/escrita na educação infantil**. 2011. Disponível em: <<http://epealufal.com.br/media/anais/680.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

CALDEIRA, Laura Bianca. O conceito de infância no decorrer da história. **O dia a dia da educação**, Montes Claros, 2011.

CHAGAS, Cristiane Santana. **Arte e educação**: a contribuição da arte para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental. Londrina, 2009.

COELHO, Celeste Maria Pinto. **O desenho na educação infantil**: criação expressão e vida. Rio de Janeiro, 2005.

COHN, Greice. **Arte contemporânea**: origens, propostas, características e novas linguagens. Campinas: Departamento de Desenho e Artes Visuais, 2012.

DALBEN, Ângela et al. **Coleção didática e prática de ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
FERRI, Márcia Barcellos. **Arte na educação infantil**: crítica das orientações e diretrizes curriculares. São Paulo: PUC-SP-EHPS, 2008.

FONTES, Rejane de S. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. **Revista Brasileira de Educação**, [Niterói?], 2005.

GOMES, Zélia Fernanda Fonseca. **Desenho Infantil**: modos de interpretação do mundo e simbolização do real: um estudo em Sociologia da Infância. Braga: Universidade do Minho-Instituto de Estudos da Criança, 2009.

GRISA, Aline; LEMES, Adriana. **Tenho medo de quê?**: aguçando o olhar do/a professor/a da educação infantil. [Guaíba?]: [s.n.], 2008.

JORGE, Creide Lopes dos Reis. **Arte na Educação Infantil**. [19--]. Disponível em: <http://www.pos.ajes.edu.br/arquivos/referencial_20110530184411.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2013.

MEREDIEU, Florence de. **O desenho infantil**. São Paulo: Cultrix, 1974.

MEUCCI, Arthur. **Ensaio sobre uma revisão crítica da história da arte**. São Paulo: USP, 2004.

MOREIRA, Ana Angélica Albano. **O espaço do desenho**: a educação do educador. 14. ed. São Paulo: Loyola. 2010.

MOURA, Mônica Beatriz Pereira de. **Acesso às creches**: além de um simples direito! Caruaru: Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP, 2013.

PEREIRA, Laís de Toledo Krucken. **O desenho infantil e a construção da significação**: um estudo de caso. [1988?]. Disponível em: <<http://cidadescolapp.com.br/anexos/cidadescolapp-09-05-12-13-52-553060.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **Arte na escola**: para quê? São Paulo: 2008.

SANTANA, José Jorge Santos. **Você sabe desenhar?!**: o desenho da criança e a relação com o desenvolvimento cognitivo; uma experiência na Escola Estadual Governador Roberto Santos. Salvador: GeneratedbyFoxit, 2010.

SOUZA, Simone Vieira de; CAMARGO, Denise de; BULGACOV, Yara Lucia M. Expressão da emoção por meio do desenho de uma criança hospitalizada. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 2003.

SILVA, Cleide Gisselada; MORENO, Márcia; SPEORIN, Márcia Diva. A concepção dos pedagogos quanto a importância e a função do desenho infantil nos centros de educação infantil. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Chapecó, 2010.

STATERI, Julia; OLIVEIRA, Neemias de; BARBOSA, Thiago Carvalho. **Transição das concepções medievais**: o renascimento de Leonardo da Vinci. [19--]. Disponível em: <http://www.miniwebcursos.com.br/curso_aprender/modulos/aula_1/artigos/transicoesmedievais.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2013.